



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

GÉSSICA DA SILVA MIRANDA

**“PESCADORAS CONSIDERADAS”: O TRABALHO DAS MULHERES DE
SÃO FRANCISCO DO BOIA EM ATIVIDADE PESQUEIRA.**

BELÉM/PA

2015

GÉSSICA DA SILVA MIRANDA

**“PESCADORAS CONSIDERADAS”: O TRABALHO DAS MULHERES DE
SÃO FRANCISCO DO BOIA EM ATIVIDADE PESQUEIRA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, ênfase em Antropologia, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Ferreira Alencar.

BELÉM/PA

2015

RESUMO: Durante muito tempo a pesca foi considerada atividade essencialmente masculina, visto que essa atividade era abordada somente a partir da perspectiva dos homens, ignorando a participação das mulheres em diversas fases de seu processo. Porém, estudos realizados no Brasil demonstram a presença da mulher nas etapas que correspondem ao chamado ciclo da atividade pesqueira - que vão desde a produção de materiais utilizados na pesca, da captura até a comercialização do pescado. Dentre as tantas realidades de atuação e participação das mulheres nesta atividade, este trabalho apresenta o campo de atuação de mulheres pescadoras da comunidade de São Francisco do Boia, localizada no interior da Amazônia brasileira, Estado do Amazonas, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Em São Francisco do Boia, as mulheres participam de toda a cadeia produtiva da pesca artesanal – produzindo e fazendo manutenção de materiais utilizados no trabalho, capturando, eviscerando, comercializando -, seja para consumo próprio ou venda, são atuantes no trabalho da pesca diária e nos projetos de pesca manejada dos quais participam. A pesquisa usou como metodologia a consulta bibliográfica relacionada à temática de gênero e pesca, pesquisa de campo (observação participante) de 18 dias na comunidade, com a realização de entrevistas diretas e semi-estruturadas que disponibilizaram informações acerca da participação das mulheres na atividade pesqueira e em projetos de manejo de recursos pesqueiros. Participaram deste estudo 15 mulheres pescadoras de São Francisco do Boia; através da coleta de dados em campo e das observações realizadas, pode-se contribuir com informações sobre o trabalho das mulheres na pesca e na gestão de recursos pesqueiros na região Amazônica, mais precisamente na região do curso Médio do rio Solimões.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Mulheres. Amazônia brasileira.

ABSTRACT

Fishing for a long time been considered essentially masculine activity, since this activity was addressed only from the perspective of men, ignoring the participation and actuation of women in various stages of your process. However, studies carried out in Brazil have demonstrated the presence of women in the steps that correspond to the so called cycle of fishing activity - ranging from the production of materials used in the fishery of the catching up to the marketing of fish. Among the many realities of activity and participation of women in this activity, this work presents the playing field of women fishers of the community of Saint Francis of the float switch, located in the interior of the Brazilian Amazon Region, State of Amazonas, on the Mamirauá Sustainable Development Reserve. In San Francisco of float, women are taking part of the whole productive chain of artisanal fishing - producing and doing maintenance of materials used at work, capturing, eviscerando, trading -, is for the own consumption or sale, are active in the work of the daily fishing and fishing in the projects managed are participating. The search used as methodology the bibliographic research related to the theme of gender and fishing, field research (participant observation) 18 days in the Community, with the realization of direct interviews semi-structured and who have provided information about the participation of women in the fishing activity and on projects for the management of fishing resources. Participated of this study 15 women fishers of São Francisco Float and, through the data collected in the field and the observations carried out, you can contribute with information that will bring knowledge about the work of women in fisheries in the Amazon region, more precisely in the region of the Middle Solimões river.

Key-words: Fishing. Women. The Brazilian Amazon.

Agradecimentos

Cinco anos de graduação. Cinco anos nas ciências sociais. Cinco anos de grandes aprendizados e muitas transformações. Percorrer os seus caminhos foi de grande valia, de enriquecedora experiência e engrandecimento. De encontros com o outro e comigo mesma. Ninguém passa ileso pelas ciências sociais.

Durante essa caminhada, foram muitos os mestres que despertaram grande inspiração, não somente pelo conhecimento acadêmico, mas também pela grande humildade. Rômero Ximenes, Zuleide Ximenes, Samuel Sá, Hecilda, André Bittencourt e Telma Amaral foram exemplos desses grandes mestres. Gratidão a eles.

Minha formação não seria a mesma se não tivesse tido a oportunidade de estar com duas grandes mulheres e profissionais: Edila Moura e Edna Alencar. Com elas, aprendi a dar meus primeiros passos no universo da pesquisa. Por intermédio delas, conheci e me encantei pelo universo de Mamirauá. Terão, sempre, minha eterna gratidão.

Dávila, Ana Claudeise, Danna Rissia, Thabata Farias e Bruno Cicalise, minha primeira equipe de campo, muito obrigada por tudo. Adriana Abreu, companheira e amiga que segue ao lado, também muito sou grata pelas muitas vezes em que me ajudou. Isabel Sousa e toda equipe do manejo de pesca, gratidão pelo apoio à pesquisa realizada em campo em Janeiro de 2014 e que segue colhendo excelentes resultados.

Ao Instituto Mamirauá (IDSM) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) pelas bolsas de Iniciação Científica e o apoio financeiro à pesquisa. Ao CNPq (Processo No 181477/2010-4) pelo suporte financeiro ao projeto maior do qual este estudo é um componente. Às pescadoras e pescadores que participam do projeto de manejo denominado Acordo de Pesca Jutái-Cleto, especialmente aos moradores de São Francisco do Boia. Minha gratidão por todos eles não cabe no peito. Foi uma família que conquistei em Mamirauá.

Por fim, deixo meus agradecimentos à minha família e grandes amigos e amores (Vitor Magno, Rhuan Fernandes e Bárbara Nyvia) dos quais foram esteio e combustível nos momentos difíceis e donos de boas histórias de alegrias e muito amor que preencheram o coração, dando gás para seguir em frente.

Gratidão, vida!

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Mapa da Região Japurá/Maraã, onde está localizada a comunidade São Francisco do Boia. _____	12
Figura 2: Croqui da comunidade São Francisco do Boia. _____	13
Figura 3: Comunidade São Francisco do Boia. Foto: Géssica Miranda (2014) _____	15
Figura 4: Família de João Cordeiro e Eva Alves em São Francisco do Boia. Foto: Géssica Miranda (2014). _____	16
Figura 5: Netos de João Cordeiro ajudando a recolher o pescado da canoa. Foto: Géssica Miranda. _____	18
Figura 6: Neta de João Cordeiro com peixe pescado por ela. Foto: Géssica Miranda. ____	18
Figura 7: A pescadora Milce Cordeiro, uma das coordenadoras do Acordo Jutai, em reunião na comunidade em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda. _____	21
Figura 8: Pescadoras do Acordo Jutai-Cleto trabalhando no mutirão em uma vigilância em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda. _____	22
Figura 9: Pescadora Milce Cordeiro, moradora de São Francisco do Boia. Foto: Géssica Miranda. _____	22
Figura 10: Pescadoras do Acordo Jutai/Cleto no trabalho de vigilância em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda. _____	28
Gráfico 1: Recebimento de benefícios, por comunidade, das mulheres pescadoras do Acordo Jutai/Cleto. Ano 2014. _____	21
Quadro 1: Destino do dinheiro recebido dos benefícios pelas pescadoras do Acordo Jutai/Cleto. Ano 2014. _____	30
Figura 11: Pescadora Evanilde Cordeiro de São Francisco do Boia. Ano 2014. _____	31
Tabela 1 - Distribuição percentual das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia, por idade e número de filhos. _____	32
Gráfico 2 - Escolaridade das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia. Ano 2014. ____	33
Quadro 2 - Lideranças femininas na comunidade São Francisco do Boia. Ano 2014. _	33
Figura 12: Participação das pescadoras na Reunião de Avaliação do Acordo Jutai/Cleto na comunidade São Francisco do Boia em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda. _____	34
Quadro 3 - Ocupação remunerada para além da atividade de pesca. _____	34
Quadro 4 – Percentual das pescadoras que pescam fora do manejo. _____	35
Tabela 2 - Distribuição percentual da idade e com quem mulheres pescadoras da comunidade São Francisco do Boia começaram a pescar. _____	35
Quadro 5 – Ambientes de pesca e espécies capturadas por estação do ano. _____	36

Quadro 6 – Material usado na pesca. _____	36
Gráfico 3 - Distribuição em percentual do venda do peixe coletado pelas pescadoras de São Francisco do Boia. Ano 2014. _____	38
Quadro 7 – Dificuldades encontradas no trabalho da pesca. _____	38
Tabela 3 - Sindicato e/ou Colônia de Pescadores do qual as mulheres de São Francisco do Boia estão vinculadas. _____	39
Gráfico 4 - Atividades realizadas pelas pescadoras de São Francisco do Boia no programa de manejo. Ano 2014. _____	40
Quadro 8 – Destino do uso do dinheiro do manejo pelas pescadoras de São Francisco do Boia. _____	41
Figura 14: Pescadora de São Francisco do Boia trabalhando na vigilância do lago Jutaí, RDS Mamirauá, em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda. _____	42
Quadro 9 - Doenças relacionadas ao trabalho na pesca. _____	43
Quadro 10 - Rotina no período do manejo. _____	43
Quadro 11 - Rotina fora do período do manejo. _____	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: História, Grupos familiares e a Atividade de Pesca em São Francisco do Boia.	12
1.1. Histórico de formação da comunidade São Francisco do Boia.	12
1.2. Os principais grupos familiares.	16
1.3. Atividade pesqueira no contexto da comunidade.	18
CAPÍTULO 2: Gênero e Pesca	22
2.1. Atuação da mulher na pesca artesanal.	22
2.2. Trabalho na pesca e o acesso às políticas sociais e previdenciárias.	24
2.3. Acesso das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia a políticas sociais e previdenciárias.	28
CAPÍTULO 3 – Aspectos sociodemográfico, Trabalho e Rotina diária.	31
3.1. Informações sócio-demográficas.	31
3.2. Trabalho na pesca.	35
3.3. Pesca no manejo.	34
3.4. Saúde e Rotina diária.	42

INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas situados no eixo temático de gênero e pesca realizados no Brasil apontam que durante muito tempo a atividade pesqueira foi concebida e repassada sob o ponto de vista masculino, sendo os homens considerados os detentores do conhecimento de todo o processo desta atividade e diretamente atuantes em toda a cadeia produtiva da pesca artesanal. Logo, a participação e atuação das mulheres eram marginalizadas, invisibilizando sua presença nas atividades de pesca desenvolvidas em suas comunidades. Mesmo realizando trabalhos que fazem parte da cadeia produtiva que compõem a pesca artesanal, o trabalho das mulheres era considerado como “ajuda complementar” ao trabalho do homem (Alencar, 2011), desconsiderando, assim, uma estatística já existente dentro desse universo, porém, não contabilizada pela falta do reconhecimento.

Essa invisibilidade acabou por contribuir para a carência de dados estatísticos que demonstram a participação das mulheres na atividade da pesca. Isso se reflete nas políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro que acabam trabalhando e planejando de forma desigual a questão de gênero em seus projetos. Um retrato dessa diferenciação de gênero no que tange ao acesso a essas políticas é o reconhecimento do registro de pesca das mulheres solteiras ter sido possível somente a partir de 1979, ou seja, há pouco mais de 30 anos elas tiveram acesso aos direitos previdenciários (Leitão, 2010). Um direito concedido tardiamente para quem tem presença marcante – desde a infância, muitas vezes – na economia das sociedades pesqueiras.

Nos últimos anos alguns estudos têm focado na problematização da invisibilidade da mulher no trabalho da pesca, principalmente no campo da pesca artesanal no Brasil (Leitão, 2010; Alencar, 1991, 1993 e 2011; Maneschky e Almeida 2002). Com o resultado dessas pesquisas tem-se levado em consideração a participação da mulher na atividade em questão, trazendo grandes contribuições para o debate sobre gênero e trabalho na pesca a nível nacional. A partir dessa perspectiva, abriu-se portas para o conhecimento da realidade dessas mulheres, apresentando suas demandas e dificuldades inclusive para os poderes institucionais relacionados à área pesqueira.

A literatura sobre comunidades de pescadores na Amazônia até os anos de 1990 também apontava somente a presença masculina na pesca, ignorando a participação da mulher na atividade (Alencar, 2011). No contexto de áreas rurais dessa região é muito

comum o trabalho da mulher ser visto como de menor importância por ser relacionado à esfera doméstica, à reprodução da família, enquanto o trabalho realizado pelo homem é considerado o mais importante por ser ligado ao mercado, à geração de renda (Peralta e Alencar, 2008). Na região, a pesca é comumente realizada para fins de consumo e venda sendo tal prática exercida por homens e mulheres de diferentes faixas-etárias. No que se refere ao contexto do Médio Solimões, não há estudos sobre as mulheres que realizam atividades de pesca, residente nas comunidades pescadoras dessa região, onde há uma forte participação e atuação delas no processo produtivo da pesca e em projetos de manejo de recursos pesqueiros.

Na comunidade São Francisco do Boia, localizada na RDSM (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), onde se constituiu o campo deste trabalho, há uma forte participação e atuação das mulheres nas atividades de pesca para o consumo próprio e da família e/ou para a venda destinada a pequenos compradores locais. As pescadoras estão envolvidas em projetos de manejo de pesca dos quais elas também têm participado dividindo tarefas de forma paritária com os homens, assim como também exercendo cargos de liderança.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de mostrar a atuação dessas mulheres desta localidade, apresentando as características de seu trabalho, mostrando suas realidades, as dificuldades e barreiras enfrentadas no exercício da labuta diária, dando voz e visibilidade a essas mulheres pescadoras.

Os moradores de São Francisco do Boia, juntamente com moradores de outras três comunidades participam de um projeto de manejo de pirarucu denominado Acordo de Pesca do Complexo de Lagos do Jutai/Cleto – RDSM, que conta com assessoria técnica do Programa de Manejo de Pesca (PMP), do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS), e em outros dois projetos de manejo de recursos pesqueiros (um coordenado pela Associação Fé em Deus e outro denominado “Acordo de Pesca do Galinha”) estes assessorados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa (IDS Fonte Boa).

As mulheres que participam desses projetos de manejo se apresentam como sujeitos de forte participação e atuação. Pelo fato de se envolverem na atividade de pesca desde cedo, elas detém conhecimento sobre o ambiente e o ciclo que envolve a pesca, atuando ativamente nesta atividade. Desde a implementação dos projetos de

manejo na comunidade, elas tem ganhado destaque pelo desempenho, coragem e determinação na realização das atividades do manejo, contrariando aqueles que não acreditavam no seu potencial para participar de atividades como reuniões, avaliações e planejamentos; vigilâncias dos ambientes aquáticos; contagem do pirarucu; a pesca; monitoramento da pesca; evisceração do peixe; comercialização. Elas também estão despontando como lideranças, assumindo a coordenação dos projetos; tem voz ativa nas reuniões e assembleias. Sua atuação não se restringe somente aos trabalhos associados a esfera doméstica – fazer comida, limpeza dos espaço - , pois elas também realizam a pesca, lançam a rede, arpoam, participam das atividades de contagem dos animais nos lagos, fazem o trabalho braçal, se preciso. A fama das pescadoras do São Francisco do Boia é reconhecida pelos moradores e moradoras das comunidades vizinhas que as denominam como “pescadoras consideradas”.

Partindo de um projeto maior, este trabalho está inserido na pesquisa “Gênero, pesca e trabalho: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas”, coordenada pela Dra Edna Ferreira Alencar, que tem como objetivo conhecer as formas de participação das mulheres das RDS Mamirauá e Amanã em projetos de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidos por coletivos de pescadores. Estes projetos têm a assessoria técnica do Instituto Mamirauá por meio do Programa de Manejo de Pesca (PMP) e envolvem moradores de cerca de 40 comunidades de sete setores das RDS Mamirauá e Amanã, um setor do entorno, três colônias e um sindicato de pescadores dos municípios vizinhos (Tefé, Alvarães e Maraã) (IDSM, 2014).

O trabalho – assim como a pesquisa na qual ele está inserido – visa contribuir com informações importantes acerca das formas de participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca e nos projetos de manejo de recursos pesqueiros, bem como no acesso das mulheres às políticas sociais e previdenciárias – salário maternidade, aposentadoria, seguro defeso, bolsa família, bolsa floresta, etc.

Com as informações geradas por este estudo espera-se tornar visível o trabalho dessas mulheres nos projetos de manejo de pesca e da pesca artesanal, contribuir para dar visibilidade e destaque à presença das mulheres nesse contexto e no cenário das decisões políticas das comunidades e na economia da região. As informações podem

também ser elemento de proposição para a elaboração de políticas públicas direcionadas às mulheres pescadoras que ainda precisam de reconhecimento como profissionais da pesca para políticas de direitos sociais garantidos legalmente (Scherer, 2010; Soares, 2012).

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA, GRUPOS FAMILIARES E A ATIVIDADE DE PESCA EM SÃO FRANCISCO DO BOIA.

1.1.Histórico de formação da comunidade São Francisco do Boia

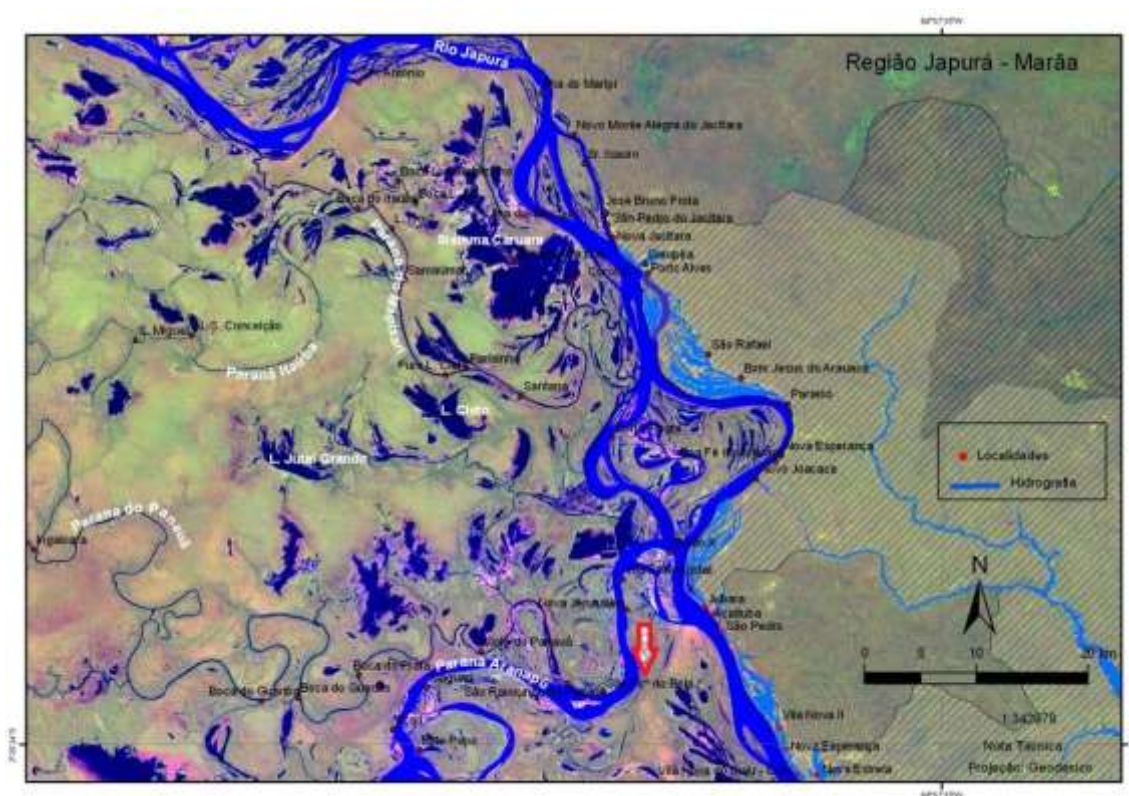


Figura 1: Mapa da Região Japurá/Maraã, onde está localizada a comunidade São Francisco do Boia.

A comunidade São Francisco do Boia está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)¹, pertencente ao município de Maraã, Setor Aranapu, à margem esquerda do paraná do Aranapu. Tem como comunidades vizinhas São Raimundo do Panauã, Nova Jerusalém, Pentecostal e Ponto X. A

¹ A RDSM foi a primeira Unidade de Conservação desta categoria implementada no Brasil, e é limitada pelos rios Solimões e Japurá e pelo canal Uati-Paraná, num total de 1.124.000 ha.

comunidade recebe assistência de saúde e educação da Prefeitura de Marã, onde a maioria dos moradores possuem seu domicílio eleitoral.

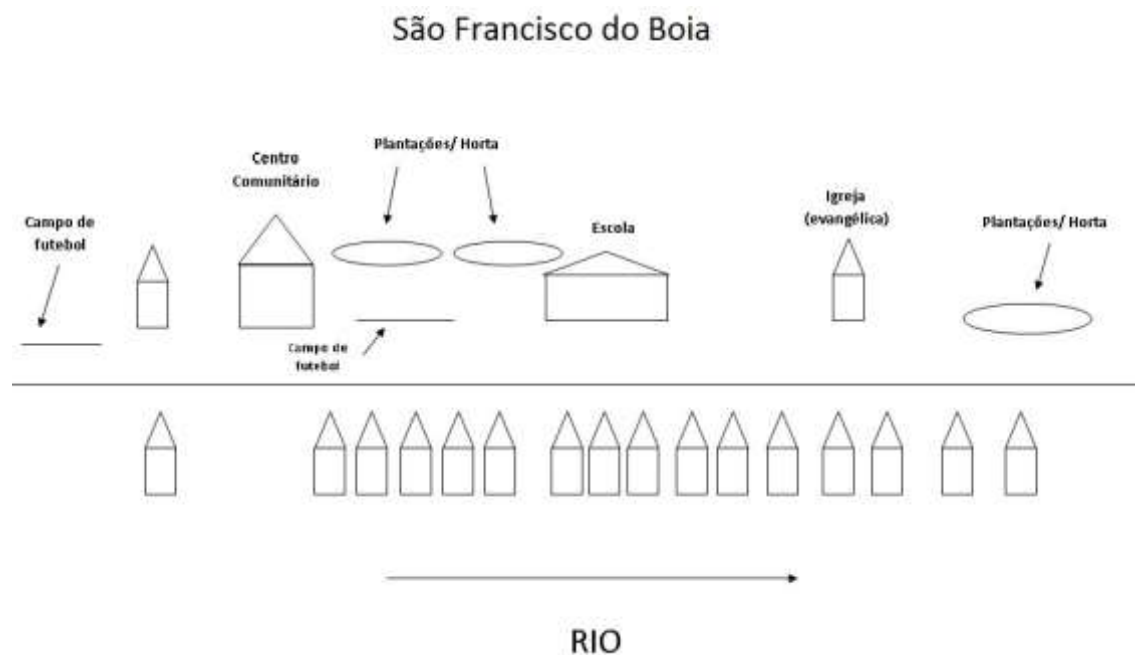


Figura 2: Croqui da comunidade São Francisco do Boia.

Em Janeiro de 2014, quando realizei pesquisa de campo, dados da pesquisa foram coletados em São Francisco do Boia, dos quais apontaram que a comunidade possuía 17 domicílios e 84 moradores, sendo a maioria das residências casas flutuantes², próximas umas das outras e tendo a maior parte dos moradores algum vínculo de parentesco com João Cordeiro, pescador e vice-presidente, fundador da comunidade. João Cordeiro é casado com Eva Alves (pescadora e parteira) que, juntos, tiveram 14 filhos. No ano da pesquisa de campo tinham 34 netos e 10 bisnetos, e a grande maioria residia na comunidade de São Francisco Boia.

A principal atividade econômica da localidade é a pesca, mas boa parte dos moradores também desenvolve a agricultura, cultivando roças de mandioca, milho, banana, melancia e pimenta. Em termos de infraestrutura a comunidade possui uma escola de ensino fundamental, a Escola Municipal Peixinho Dourado (a qual foi construída em 1999 no mandato do prefeito de Marã Gefferson Ferreira de Almeida e

² São moradias tradicionais entre as populações ribeirinhas da Amazônia, feitas de madeira e apoiadas em grandes toras do mesmo material, são cobertas por telhas e adaptadas para boiar.

inaugurada no mesmo ano), ofertando as séries de 1º ao 6º ano e Estudo de Jovens e Adultos (EJA) e um centro comunitário onde ocorrem as reuniões, missas, cultos e festejos. Não possui um posto médico, e quando não recorrem ao Hospital Regional de Maraã –AM, se direcionam ao Posto de Saúde Álvaro Maia pertencente à comunidade indígena São Pedro, mais próximo de São Francisco do Boia. Atualmente o agente de saúde é o Jones da Silva Cordeiro (filho do João Cordeiro e Eva Alves), mas a primeira a exercer o cargo foi a pescadora Edilza dos Santos Vicente, que permaneceu na função por dois anos.

Os moradores de São Francisco do Boia estão divididos entre católicos e evangélicos. As missas na comunidade não acontecem com frequência, pois a visita de algum padre é anual. Já a presença de um de um pastor da Assembleia de Deus na comunidade é freqüente, e na ocasião da pesquisa de campo o mesmo mobilizava a comunidade para a construção de uma igreja no local. O padroeiro da comunidade é São Francisco de Canindé, cuja data festiva é em Outubro, porém como o calendário na região varia de um não para o outro, devido a sazonalidade do ambiente, não se tem uma data fixa para a comemoração³ que festeja o padroeiro. Segundo o presidente da comunidade, Danival Carvalho, o festejo religioso foi retomado em 2006, a pedido de seus familiares que residiram na comunidade em tempos pretéritos e que nomearam o “Boia” de São Francisco do Boia em virtude de uma graça alcançada por intermédio do santo São Francisco de Canindé. Desde então, a comunidade segue comemorando o festejo religioso com uma grande festa.

“São Francisco do Boia, na minha realidade, não sei se tem uma pessoa que vai te falar outra coisa, mas na realidade o nome do Boia foi com uma promessa que essa minha mãe fez pra colocar o nome de São Francisco do Boia. Que era só Boia, né? Ela botou São Francisco. Só era Boia. Ela fez uma promessa que enquanto ela tivesse vida na comunidade ela festejava São Francisco. E foi passado muitas vezes, os meus tios passaram pra mim, pra ser presidente em 2005, ai eles me chamaram em Tefé e disseram ‘Tu não ta festejando o Boia, não? Volte lá e festeja São Francisco, porque aquilo foi uma promessa que fizeram pela comunidade.’ Então eu voltei lá, chamei a comunidade e fiz uma reunião, disse que a gente ia conseguir e fizemos o festejo lá.” (Danival Carvalho, Tefé, Janeiro de 2014).

O principal lazer dos moradores na comunidade são as competições esportivas que envolvem moradores do Boia (homens e mulheres) com moradores de outras localidades vizinhas. O nome do time oficial dos homens leva o mesmo nome da

³ Em 2015 o festejo foi comemorado no mês de Novembro.

comunidade, São Francisco do Boia. Quando não saem para competir, jogam entre si na comunidade, normalmente no fim da tarde.

A partir de relatos do presidente da comunidade, Danival Carvalho, a formação de São Francisco do Boia está associada à família do João Cordeiro (atual morador mais antigo). Seus irmãos, Jorge Cordeiro e Marieta Cordeiro, moraram no Boia (como a comunidade era inicialmente chamada) antes do João Cordeiro, que residia em outra comunidade próxima, Viola, só depois migrando para onde até hoje reside, São Francisco do Boia.

“Era dos Cordeiro. Jorge Cordeiro, né? Era os irmãos dele lá, do João Cordeiro. Era a tia Marieta, do seu Jorge, né? Também é parente do João Cordeiro.”(Danival Carvalho, Tefé, Janeiro de 2014).

Ainda de acordo com o Sr. Danival, os moradores do São Francisco do Boia realizaram várias mudanças do local do povoado devido a terra caída. O primeiro povoado acabou em virtude da terra caída que ocasionou uma morte. O segundo, que também tinha o nome de Boia, foi desfeito devido o fenômeno da terra caída, e a partir disso uma tia do Sr. Danival Carvalho fez uma promessa para que terra parasse de cair, e deu o nome do lugar de São Francisco do Boia, sendo este o nome que perdura até os dias de hoje.

“Sobre o Boia o que eu tenho bem em minha mente assim, de três comunidades que já surgiu depois que eu me entendi, né? Que teve o primeiro, né? Que era o Antigo Boia. Depois voltou, mais em baixo que era minha tia que morava, minha mãe que cortou meu umbigo, que eu chamava pra ela, que botou o nome de São Francisco do Boia, né? Que ela festejou São Francisco, o padroeiro lá do Boia. E até agora a gente festeja o São Francisco do Boia. Então a história do Boia é isso... As terras caídas, que tinha na boca, primeiro levou. E a segunda também. E agora esse é o terceiro.” (Danival Carvalho, Tefé, Janeiro de 2014).

No primeiro e no segundo povoado as casas eram construídas na terra, mas como a área é de várzea baixa e que sofria alagações em decorrência das grandes alagações anuais e havia também a terra caída, os moradores passaram a residir em casas flutuantes.

“(...) eles moravam em terra. A comunidade era em terra, não era em flutuante não. O segundo Boia também era a maior parte em terra. Agora, por causa das alagações grandes, que o pessoal ta morando em flutuantes.” (Danival Carvalho, Tefé, Janeiro de 2014).



Figura 3: Comunidade São Francisco do Boia. Foto: Gêssica Miranda (2014)

1.2. Os principais grupos familiares.



Figura 4: Família de João Cordeiro e Eva Alves em São Francisco do Boia.
Foto: Gêssica Miranda (2014).

Em São Francisco do Boia a maioria dos moradores possui algum vínculo de parentesco com João Cordeiro, o fundador da comunidade. Dos 17 domicílios, 12 pertencem a alguém ligado a sua família. Pode-se dizer que a família, grupo social compreendido pela união de um homem e uma mulher, no mínimo, por laços

socialmente reconhecidos e um ou vários filhos nascidos dessa união (AUGÉ, p. 49, 1978), de João Cordeiro compõem parte significativa do grupo social da comunidade.

Na Reserva Mamirauá cada comunidade possui uma estrutura de organização política constituída por uma associação de moradores que tem como representante um presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Essas organizações, muitas vezes, têm como base os laços de parentesco. Logo, muitas decisões tomadas estão ligadas a interesses familiares (Queiroz e Peralta, 2006). Isso é claramente percebido em São Francisco do Boia, onde praticamente todas as representações de cargos e lideranças estão ligadas à família dos Cordeiros: presidente da comunidade, vice-presidente, tesoureira, parteira, coordenação de preservação das praias, coordenação dos acordos de pesca, agente de saúde e comerciante de barco da comunidade e proximidades.

Na comunidade o modo de organização social do trabalho dos moradores tem o predomínio do trabalho familiar, sendo o grupo doméstico unidade de produção e consumo (Woortmann, 1985). Essa é uma característica que se encaixa ao campesinato amazônico já abordado em estudos (Santos 1980; Lima-Ayres 1992; Fraxe 2000), onde as esferas econômica e doméstica são inseparáveis. O objetivo dessa unidade de produção assegura a reprodução física e social da família, o que é preciso para isso garantir a reprodução da força de trabalho da qual garantirá a necessidades de consumo (Alencar e Peralta, 2006). Essa organização social de trabalho familiar apresenta uma variedade de atividades que são divididas entre os membros a partir de sexo e idade. Dentro dessa divisão sexual do trabalho, cabe ao homem o desenvolvimento das atividades de produção e mercado e à mulher as atividades destinadas às esferas domésticas. Porém, Alencar (2002) mostra em seus estudos que diversas comunidades da várzea amazônica fogem dessa divisão sexual do trabalho, exercendo, homens e mulheres, de modo paritário, as atividades produtivas da região.

A pesquisa de campo possibilitou o reconhecimento dessa organização social do trabalho em São Francisco do Boia, onde todos participam ativamente, homens e mulheres, da atividade pesqueira para consumo e comercialização. É garantida a reprodução do saber com o envolvimento das crianças desde bem pequenos nos processos da atividade pesqueira, que aprendem por meio da observação e da prática, os conhecimentos e habilidades necessários para a realização dessa atividade. Como exemplo, cito os netos e netas de João Cordeiro e Eva Alves que participam de algumas

das etapas do manejo, das vigilâncias e da pesca do pirarucu, onde eles acompanham os pais nessas atividades.



Figura 5: Netos de João Cordeiro ajudando a recolher o pescado da canoa. Foto: Géssica Miranda.



Figura 6: Neta de João Cordeiro com peixe pescado por ela. Foto: Géssica Miranda.

1.3. Atividade pesqueira no contexto da comunidade.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) está localizada no Estado do Amazonas, região do Médio Solimões, e compreende cerca de 1.124.000 hectares. Formada por florestas inundadas com predominância do ecossistema de várzea onde há uma grande concentração de biodiversidade (Alencar, 2010), a alagação sazonal anual das águas provoca a variação do nível dos rios que oscila entre 8 m na estação seca e 15 m na estação das chuvas (SCM/CNPq, 1996). A RDSM foi a primeira Unidade de Conservação implementada no Brasil com base no uso sustentado (Queiroz e Peralta, 2006), que tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela de seus recursos naturais (SNUC, 2000).

As populações que habitam a RDS Mamirauá se distribuem em pequenas comunidades que ficam localizadas de frente para os rios, principal referência territorial, meio de deslocamento e comunicação (Moura e Ruzany, 2012). Os pilares da produção econômica dessa região são da produção agrícola e de pesca, tendo ainda a extração da

madeira. Essas atividades acontecem sob o as normas do manejo socialmente aceitas e pautadas nos princípios da conservação da biodiversidade (Queiroz e Peralta, 2006).

Nas comunidades da Reserva Mamirauá o recurso pesqueiro é uma das principais fontes de renda da população local, além de compor a base alimentar dessa mesma população. Dessa maneira, a conservação deste recurso natural é de grande importância para a manutenção dessa comercialização e da subsistência local. Foi pensando na sua conservação que programas de manejo foram implementados em Mamirauá, a fim de contribuir com a preservação das populações de peixes, garantindo a manutenção e sobrevivência da economia pesqueira e levando melhoria da qualidade de vida da população local.

Os Programas de Manejo de Recursos Naturais, como recursos pesqueiros, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM foram implementados na RDS Mamirauá a partir de 1998 (AMARAL, SOUSA, GONÇALVES, BRAGA, FERRAZ e CARVALHO, 2011). Após anos de experiência e construção deste trabalho que trouxe êxito no processo de reprodução das espécies de pescado, a experiência foi difundida para outras regiões da Amazônia. No Amazonas é autorizado pelo IBAMA a pesca do pirarucu por meio de manejo nove áreas em alguns municípios do Estado (BESSA; LIMA, 2010), estando o Instituto Mamirauá responsável pela supervisão técnica de 11 sistemas distribuídos nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e em seu entorno (IDSM, 2014).

Um dos Acordos de Pesca que tem o IDSM responsável pela assessoria é o Acordo de uso dos recursos pesqueiros no Sistema Jutai-Cleto, Setor Aranapú, do qual a comunidade São Francisco do Boia faz parte, junto com quatro comunidades: São Francisco do Boia, Nova Jerusalém, Pentecostal e Ponto X. Todas participam da pesca manejada que é orientada por normas, elaboradas pelo conjunto dos moradores que definem o uso compartilhado do recurso pesqueiro. Com o objetivo de organizar o trabalho e fazer com que as regras estipuladas pelos manejadores fossem cumpridas, em 2010 um Regimento Interno começou a ser estruturado pelo conjunto dos moradores das comunidades envolvidas no manejo que teve a assessoria dos técnicos do IDSM por intermédio do Programa de Manejo de Pesca (PMP). A 1ª cota de pirarucus autorizada pelo IBAMA para a pesca manejada ocorreu no ano de 2012.

“De lá pra cá a gente vem com essa rotina, como a gente fez esse desafio com a Ana, ela disse ‘Eu só consigo o manejo pra vocês se vocês fizerem um desafio e um compromisso de vigiar, com o compromisso de deixar de ta fazendo as coisas. E depois que vocês fizerem isso ai, nós vamos criar um regimento interno dentro do Acordo de Pesca do Cleto’, disse a Ana. Foi quando chegou o regimento, dentro do Acordo do Cleto, já que as coisas ficaram mais normais. Agora o Cleto tem um regimento que as regras são assim, né? Aquilo que não posso fazer mais: deixar de vigiar, eu não posso deixar de participar de uma assembleia, não posso mais estar com a minha mensalidade atrasada... tem que pagar. Então foi melhorando mais o acordo, logo depois que eles se aproximavam com o regimento. Ele já foi pronto já em 2011... 2010 o regimento, né? E foi aprovado uma cota pra sair em 2012 já. E 2013 agora. Tá com dois anos.” (Danival Carvalho, Tefé, Janeiro de 2014).

Segundo o presidente da comunidade de São Francisco do Boia, o Sr. Danival Carvalho, as lutas pela implementação do manejo de recursos pesqueiros na comunidade iniciaram no ano 2005, porém a aceitação desses programas não foi imediata, visto que muitos moradores não acreditavam que tal iniciativa daria resultado positivo e retorno lucrativo aos pescadores. Alguns dos moradores mais antigos da comunidade são lembrados como atores de significativa atuação para a construção do projeto de manejo na comunidade, e um deles foi a Sra. Nilze Cordeiro.

“Quando fizemos o desafio com a Ana Torres, que é hoje coordenadora da pesca, ela disse ‘vou fazer um desafio com vocês’. E sempre quem esteve ao nosso lado foi ela, a Velha (Nilze) e o Seu Blandino, dizendo ‘Vamos pra frente. O que nós conseguimos é aquilo que a gente precisa. É o nosso manejo pelo Instituto Mamirauá’. Então, depois que a gente conseguiu, eu achei uma parte das mulheres guerreira e uma parte das mulheres fria, porque é uma coisa que a gente não vai dizer que elas não queriam. É porque às vezes a pessoa não vê aquilo, e tem medo de gastar, tem medo do trabalho, pegar chuva como tu viu nós pegando chuva lá dentro do trabalho, né? Acho que isso ai era o medo delas, mas tenho certeza que as mulheres que são cadastradas no acordo de pesca do Cleto, elas são pessoas guerreiras, né?” (Danival Carvalho, São Francisco do Boia, Janeiro de 2014).

A comunidade São Francisco do Boia possui forte participação em projetos de manejo de recursos pesqueiros que atualmente somam três projetos: o Acordo de Pesca da Associação dos Moradores (Associação Fé em Deus), da qual apenas os moradores do São Francisco do Boia participam; o Acordo de pesca do Lago do Galinha, que tem outras comunidades participantes (São Raimundo do Panauã e Novo Viola); e o do Jutá/Cleto do qual participam as comunidades São Francisco do Boia, Nova Jerusalém, Pentecostal e Ponto X. Os dois primeiros são assessorados pelo Instituto de

Desenvolvimento Sustentável (IDS) de Fonte Boa, e o último, do Jutaí-Cleto, pelo Instituto Mamirauá.

O envolvimento dos moradores da comunidade ultrapassa as barreiras de idade e gênero. Homens, mulheres, crianças e idosos participam das diversas etapas que compõem o ciclo da pesca manejada. Seja na pesca para o consumo diário ou na que corresponde à pesca manejada.



Figura 7: A pescadora Milce Cordeiro, uma das coordenadoras do Acordo Jutaí, em reunião na comunidade em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda.

No que diz respeito aos projetos de manejo de recursos pesqueiros, em São Francisco do Boia a participação das mulheres é atuante. No Acordo de Pesca do Jutaí/Cleto, a moradora Milce Cordeiro, é umas das coordenadoras; no Acordo da Associação Fé em Deus e do Acordo Jutaí/Cleto o cargo de tesoureira, é ocupado pela moradora Jucicleide; o cargo de coordenadora de preservação da praia é ocupado por Nilce Cordeiro.

O Acordo de Pesca assessorado pelo IDSM, o Jutaí-Cleto, conta com a participação de homens e mulheres, com idade mínima de 18 anos, sendo exigido o vínculo como sócio em algum sindicato ou colônia de pescadores para poder participar do acordo (que contava com mais de 90 sócios em 2014, somando todas as

comunidades). A maioria dos sócios desse acordo é morador de São Francisco do Boia, (inclusive na comparação entre as mulheres, que correspondem a um total de 15). A partir de relatos e conversas compartilhadas no trabalho em campo, foi constatado o respeito e a admiração, entre homens e mulheres, pelo trabalho das pescadoras desta comunidade. “Pescadoras consideradas”, “mulheres danadas”, “trabalham mais que muito homem”, foram algumas das conceituações dadas às pescadoras do Boia.

“Às vezes tem algumas mulheres que tem um pouco de dificuldade, mas pra mim não tem diferença. Tem mulher que trabalha igual ao homem, na pesca.”
(Nilce Cordeiro, São Francisco do Boia, Janeiro de 2014).



Figura 8: Pescadoras do Acordo Jutaf-Cleto trabalhando no mutirão em uma vigilância em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda.

CAPÍTULO 2: GÊNERO E PESCA.

2.1. Atuação da mulher na pesca artesanal



Figura 9: Pescadora Milce Cordeiro, moradora de São Francisco do Boia. Foto: Géssica Miranda.

No livro “O Segundo Sexo” Beauvoir (1970) questionou a posição feminina nas sociedades, propondo mudanças a estrutura desigual dos papéis sexuais na sociedade. Desigualdade de gênero que se reflete nas instituições econômicas, sociais e políticas (LAMPHERE e ROSALDO, 1979) que promovem injustiças e disparidades no que diz respeito à mulher. Lamphere e Rosaldo (1979) questionam como se dá o processo de construção do que seja “ser mulher” e de que maneira isso é interiorizado na sociedade. De modo depreciativo? Inferiorizado? Estereótipos culturais acerca do “ser mulher” enraizaram-se e reproduziram-se. Ser passivo, mãe devotada, esposa complacente e obediente. Ideologias culturais cheias de preconceitos, invisibilizando a mulher, mostrando suas realidades a partir da perspectiva dos homens, tidos como referência de valor cultural (Rosaldo e Lamphere, 1979). Porém, o que aparecia como natural e aceitável precisou sofrer mudanças, ser questionado, julgado como arbitrário e desigual. Precisou-se colocar em pauta de discussão os meios para combater essa desigualdade

entre os gêneros, e o direito legitimado culturalmente, por séculos a fio, do livre exercício da subordinação feminina.

Com a intensificação dos estudos desenvolvidos no século passado acerca da questão de gênero as mulheres saíram da invisibilidade, deixando a categoria de silenciadas (NASCIMENTO, 2004). Inicialmente esses estudos deram ênfase maior à participação da mulher no trabalho fabril, só posteriormente abordando outras temáticas de estudo no campo das questões de gênero.

Até os anos de 1980 os trabalhos voltados à temática aqui discutida neste trabalho, gênero e pesca, em comunidades pesqueiras no Brasil e na Amazônia pouco destacavam a presença da mulher. Como aponta Nascimento (2004), mesmo com a intensificação dos estudos em comunidades pesqueiras a partir dos anos de 1970 o foco dado pelos pesquisadores era dado à produção, às relações de trabalho e aspectos tecnológicos, mostrando a participação feminina no beneficiamento do produto. Com o avanço dos estudos de gênero em áreas pesqueiras, como o de Alencar (1991) que aponta para a presença e participação da mulher novos aspectos a serem analisados. Na sua etnografia a pesquisadora mostra a efetiva participação da mulher na pesca realizada em Lençóis, muitas vezes na companhia do marido, sendo, portanto, também responsável, tanto quanto o homem, pelo sustento do grupo doméstico, o que evidencia o trabalho complementar como aponta Stratherh (2000).

A pesca é uma das principais atividades realizadas em comunidades rurais. Trata-se de um universo de produção e sobrevivência familiar. Entre os pescadores artesanais a família é unidade de produção e consumo, onde geralmente são inseridas mulheres e crianças na atividade, embora a atuação feminina seja considerada uma extensão dos trabalhos domésticos - uma visão ainda presente nos espaços da pesca artesanal que apresenta inúmeras ideologias das quais perpassam as relações de gênero nas comunidades de pesca (Maneschy,1997). Uma dessas ideologias é a que caracteriza a atividade da pesca como exercida pelo homem.

“A construção social do gênero está diretamente relacionada às representações produzidas sobre os homens e mulheres em cada cultura e em cada sociedade. Ambos pertencem a universos de domínios distintos e em muitas culturas, como no caso da pesqueira, estas atividades não cabem ao gênero feminino” (BECK, 1989, p.32)

Na comunidade São Francisco do Boia e em outras da região da Amazônia escapam da divisão sexual do trabalho que chega a delimitar rigidamente os espaços de atuação entre homens e mulheres, como já apontou Alencar (2002). Na atividade pesqueira, por exemplo, ambos participam das várias etapas que compõem a cadeia produtiva desta atividade. Porém, em virtude dos papéis culturais há maior dependência das mulheres em relação aos homens (Lima-Ayres, 1992). Percebe-se desse modo a marcante definição das ideologias culturais invisibilizando a mulher diante dos muitos espaços onde ela é agente de atuação.

Um das justificativas para o fato do trabalho da mulher ser considerado secundário e sem tanta relevância é por ela estar ligado a esfera doméstica, a reprodução familiar; enquanto o do homem tratado como atuando no âmbito da esfera produtiva, o que promove renda (Alencar e Peralta, 2008). Dessa forma, o espaço doméstico e familiar cristalizou-se, diante dos estereótipos culturais direcionados ao “ser mulher”, como sendo o principal campo de atuação feminino, tratado como algo inato e percebido como natural.

“(...) as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças.” (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Rosaldo (1979) também faz tal apontamento a respeito da oposição dentre as esferas doméstica e pública. São espaços que definem e delimitam a identificação do lugar do homem e da mulher nos aspectos psicológicos, culturais, sociais e econômicos da vida humana. Assim, promovem uma identificação geral sustentada nessa divisão de espaços: ligar mulheres à vida doméstica e os homens à pública. Nota-se, portanto, que apesar das mulheres desempenharem importante papel na cadeia produtiva da pesca, seu trabalho muitas vezes é invisibilizado pela falta de informação a respeito da sua inserção nessa atividade. Por ser pensada e olhada a partir da perspectiva dos homens, caracterizou-se a atividade pesqueira como essencialmente masculina, marcando a invisibilidade das mulheres pescadoras que, desde pequenas, também estão presentes como agentes atuantes nessa atividade produtiva. O reflexo dessa falta de dados está no acesso à políticas públicas direcionados a essas mulheres pescadoras que, comparado aos homens, tiveram seus direitos tardiamente concedidos em virtude dessa falta de reconhecimento no campo de atuação da pesca (Alencar, 1993; Leitão, 2013).

2.2. Trabalho na pesca e o acesso às políticas sociais e previdenciárias.

Como já exposto até aqui, a atividade pesqueira foi durante muito tempo tratada como exclusividade masculina, ignorando a participação da mulher nas várias etapas que compõem o ciclo da pesca. Essa invisibilidade contribuiu para a quase inexistência de informações estatísticas que mostrem e destaquem a participação da mulher nessa atividade. Políticas públicas têm englobado de forma desigual a questão de gênero nos projetos voltados aos atores sociais envolvidos no trabalho da pesca. Recentemente alguns estudos têm dado foco à questão da problematização dessa invisibilidade (Leitão, 2010), principalmente no campo da pesca artesanal no Brasil. Apesar disso, ainda é considerado pouco explorado no meio acadêmico o assunto voltado à temática de gênero e pesca, o que o torna um campo a ser estudado e descoberto, haja vista que a atividade pesqueira ainda é tida como um trabalho de predominância masculina o que acaba por invisibilizar e marginalizar a atuação feminina nesta atividade.

Maria do Rosário Leitão (2012) vem desenvolvendo nos últimos anos vários estudos que focam a problematização da invisibilidade da mulher no mundo do trabalho, mais especificamente no que diz respeito ao universo da pesca artesanal no Brasil. Suas pesquisas têm como objetivo fomentar o debate acerca do gênero sob a perspectiva da feminização da pobreza dentro das relações de trabalho que envolvem a pesca artesanal. Maria do Rosário busca observar o impacto de políticas públicas no desenvolvimento da pesca artesanal e das relações sociais de gênero, e faz um registro geral da pesca, através de um resgate histórico, com o intuito de sensibilizar as pescadoras dentro da divisão sexual do trabalho na cadeia produtiva da pesca artesanal em Pernambuco, onde fez a pesquisa, e no Brasil. Seu trabalho contribui na compreensão da invisibilidade da mulher dentro dessa cadeia produtiva que envolve a atividade pesqueira trazendo ricas reflexões sobre o universo das mulheres pescadoras em várias realidades do Brasil.

Na Amazônia a atividade de pesca é comumente realizada para fins de consumo e venda, sendo tal prática exercida por indivíduos de diferentes idades e gênero. Entretanto, o papel de destaque e ênfase, como em vários outros lugares do país, é dado aos homens. Essa invisibilidade do trabalho da mulher na pesca acaba refletindo no comprometimento do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às mulheres

que atuam na cadeia produtiva da pesca desenvolvendo esta atividade, mas que não são vistas e reconhecidas.

Alencar (2013) aponta que a partir dos anos de 1980 essa invisibilidade da mulher foi questionada, e elas começaram a se organizar politicamente na tentativa de conquistar reconhecimento como trabalhadoras da pesca, obtendo direitos na previdência social e políticas de seguridade. No que diz respeito ao reconhecimento da mulher na pesca, Maneschy e colaboradores (1995) apontam o início de uma visibilidade em órgãos como IBAMA, Colônias de Pescadores, Sindicatos, MONAPE, dentre outros:

“Esse último responsável pelo impulso nas discussões de gênero no universo da pesca, levantando questões pertinentes à participação feminina na atividade. As discussões do MONAPE não se concentram apenas nas mulheres que executam a pesca no processo de captura, mas também naquelas que contribuem com o modo de vida cotidiano nas comunidades pesqueiras. No plano do reconhecimento da mulher em atividades pesqueiras, a partir dos movimentos sociais, pode-se destacar o I Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras realizado no Maranhão em 1994 onde, de acordo com Maneschy, criou-se um fórum de discussões e debates para discutir ‘questões femininas’ na pesca.” (Sousa, p 5, 2011).

No âmbito das sociedades pesqueiras muitos estudos buscam evidenciar as políticas nos objetivos de produção e de qualidade de vida compreendido com geração de renda (Maneschy et al., 2012), e deixam de lado a dimensão de gênero, o que acaba refletindo na ausência de informações sobre este campo.

“Não obstante as investigações, políticas setoriais têm sido incipientes na incorporação da dimensão de gênero. Por sua vez, ao se tratar de comunidades pesqueiras artesanais – também referidas como de “pescadores de pequena escala” –, é preciso considerar que se trata de onde permanece a articulação das várias dimensões da vida (trabalho, lúdico, religião), enquanto o foco maior das políticas reside nos objetivos de produção em si e de qualidade de vida entendida como geração de renda. Além disso, ainda é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas.” (Maneschy, 2012, p. 717)

Pode-se notar que, apesar da indiscutível importância da atuação das mulheres na atividade de pesca, elas não são reconhecidas juridicamente. Participam do processo de produção dos materiais utilizados nessa atividade, vão ao rio ou ao mar capturar o pescado, evisceram, destinam à venda e mesmo assim não desfrutam dos benefícios

profissionais destinados ao pescador. São consideradas mulheres de pescador, auxiliar deste, mas não profissionais da pesca (Silva e Leitão, 2012).

“Apesar da importância do trabalho das pescadoras, essas mulheres não são reconhecidas juridicamente na condição profissional. Em breves linhas, a legislação brasileira não tratou da própria condição de pescador artesanal até o ano de 2009. Com a regulamentação da atividade da pesca artesanal pela lei n. 11.959/2009, admitiu-se sua realização pelo sistema de economia familiar. Nesse momento, as mulheres passaram a poder figurar entre os profissionais da pesca. Entretanto, não há previsão específica em relação as mulheres que já desempenharam até os dias atuais trabalhos pesqueiros.” (Silva e Leitão, 2012, p. 2).

Como apontam ainda Silva e Leitão (2012), as mulheres não foram devidamente reconhecidas como profissionais da pesca porque necessitam da condição profissional familiar (marido e pai) para obterem o reconhecimento de pescadoras. Assim sendo, se não for casada, e não conseguir comprovar que pai e esposo são pescadores, também não terá o reconhecimento de trabalhadora da pesca. Portanto, persiste-se a falta do reconhecimento das pescadoras em meio ao seu trabalho, já que ainda se perdura a ideia da mulher como um trabalho de “ajudante” e “auxiliar” do homem na atividade pesqueira. Essa falta de reconhecimento acaba por se tornar um embargo para a conquista de direitos às políticas sociais como para a concessão de auxílio doença por parte da Previdência Social, Licença Maternidade e Seguro Desemprego.

Apesar do importante papel das trabalhadoras na pesca o próprio Estado não reconhece a sua atuação nessa atividade o classificando como auxiliar e de extensão do trabalho doméstico. Muitas não possuem registros de suas atividades desenvolvidas e são ignoradas pela previdência social e mesmo pela legislação trabalhista (Silva e Leitão, 2012). Muitas vezes, sem acesso a serviços de creches e previdenciários acabam por perder o estímulo de permanecer na atividade pesqueira, preferindo atividades como empregadas domésticas e faxineiras (Cabral, et al., 2009), ou se filiando a sindicatos rurais.

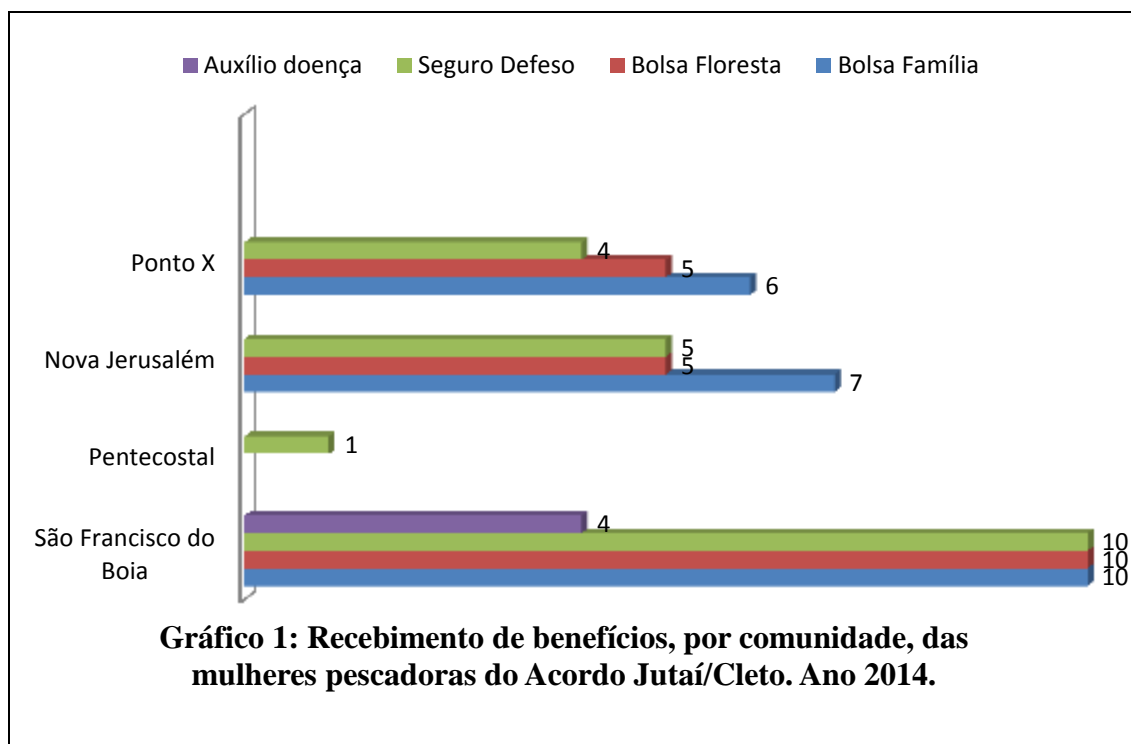


Figura 10: Pescadoras do Acordo Jutai/Cleto no trabalho de vigilância em Janeiro de 2014.
Foto: Gécica Miranda.

2.3. Acesso das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia a políticas sociais e previdenciárias.

Como já mencionado, a comunidade São Francisco do Boia faz parte do Acordo de Pesca Jutai/Cleto, assessorado pelo IDSM. No projeto maior do qual está inserido este trabalho de conclusão de curso, outros três coletivos de pescadores que desenvolvem projetos de manejo de recursos pesqueiros nas RDS Mamirauá e Amanã, compõem a análise dessa pesquisa maior, a fim de se conhecer as formas de participação das mulheres nesses projetos. Eles são do Jarauá, Caruara e Paraná Velho. No Acordo de Pesca do Jutai/Cleto outras três comunidades, junto a São Francisco do Boia, compõem este acordo, e uma das etapas do trabalho desenvolvido em campo foi à aplicação do questionário semi-estruturado com as mulheres pescadoras das quatro comunidades que fazem parte desse acordo. Uma das informações que se buscou a partir da aplicação do questionário foi sobre o acesso das mulheres pescadoras às

políticas sociais e previdenciárias. Quando indagadas sobre o recebimento de benefícios (salário maternidade, seguro defeso, auxílio doença, aposentadoria, pensão, bolsa família e bolsa floresta), a maioria disse receber os benefícios dos programas de governo federal e estadual Bolsa Família, Bolsa Floresta (Estado do Amazonas)⁴ e Seguro Defeso.



Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Em São Francisco do Boia, onde se concentra o maior número de mulheres pescadoras (N=15), a larga maioria recebe o Seguro defeso, Bolsa família e Bolsa Floresta - assim como em Pentecostal (N=2), Nova Jerusalém (N= 7) e Ponto X (N= 8). São benefícios que contribuem com a renda familiar das pescadoras e que as ajudam a cobrir as despesas que possuem com a família e consigo mesmas. Quando indagadas sobre como gastam o dinheiro recebido com os benefícios, as pescadoras demonstraram o quanto contribuem com a renda familiar por intermédio do seu trabalho na atividade pesqueira. Empréstimos bancários para a reforma da casa, eletrodomésticos, roupas,

⁴ É uma política pública estadual instituída pelo Governo do Amazonas em 2007. Realiza o pagamento de serviços ambientais para as populações que vivem em áreas de floresta e que se comprometem com a redução do desmatamento.

calçados, materiais de pesca, entre outros, como demonstra o quadro a seguir, só pagos com o dinheiro obtido na pesca e nos programas.

Quadro 1: Destino do dinheiro recebido dos benefícios pelas pescadoras do Acordo Jutáí/Cleto. Ano 2014.

Gastos com o dinheiro do benefício	Reforma da casa, guarda para alguma emergência
	Compra de alimentos, roupas, calçados e eletrodomésticos
	Pagamento de empréstimo bancário
	Compra pra material de pesca, reforma de canoa e compra de motor

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Como aponta Cunha (2009, p. 331), o Programa Bolsa Família (PBF) surgiu como um instrumento político de execução das garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros relativos às condições mínimas de direito a vida, objetivando minimizar a pobreza e as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ancorado no pagamento de um benefício não contributivo em dinheiro, acessado com condicionalidades, cuja titularidade é preferencialmente credenciada às mães e avós das famílias. Com o recebimento desse benefício (e dos outros, Bolsa Floresta e Seguro Defeso), centraliza-se também sobre as mulheres a manutenção da casa e reprodução da força de trabalho, reforçando o papel importante da mulher na subsistência do lar (LEITÃO, 2012).

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES, TRABALHO E ROTINA DIÁRIA



Figura 11: Pescadora Evanilde Cordeiro de São Francisco do Boia. Ano 2014.

3.1. Informações sócio-demográficas.

Realizar o levantamento de mulheres envolvidas em atividades pesqueiras foi um dos objetivos deste trabalho, caracterizando o trabalho desenvolvido por elas e fazendo um diagnóstico sociodemográfico obter informações sobre escolaridade, renda, número de filhos e dentre outras informações. Estes dados nos ajudam a conhecer um pouco mais sobre o universo de atuação destas mulheres pescadoras que precisam de reconhecimento para a obtenção de seus direitos sociais, políticos e econômicos.

Com base no questionário semi-estruturado, aplicado na pesquisa de campo em Janeiro de 2014 em São Francisco do Boia com as pescadoras da comunidade, obteve-se informações quanto a sociodemografia, o trabalho na pesca e nos projetos de manejo,

e além de informações acerca da saúde das mulheres pescadoras. Estes dados serão mostrados e discutidos nas próximas páginas.

As mulheres pescadoras que participaram da pesquisa em São Francisco do Boia têm a faixa etária de idade entre 18 a 57 anos. Todas são casadas/vivem junto⁵ de seus parceiros, e possuem filhos. Na tabela a seguir, alguns destes dados são demonstrados.

Tabela 1 - Distribuição percentual das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia, por idade e número de filhos.

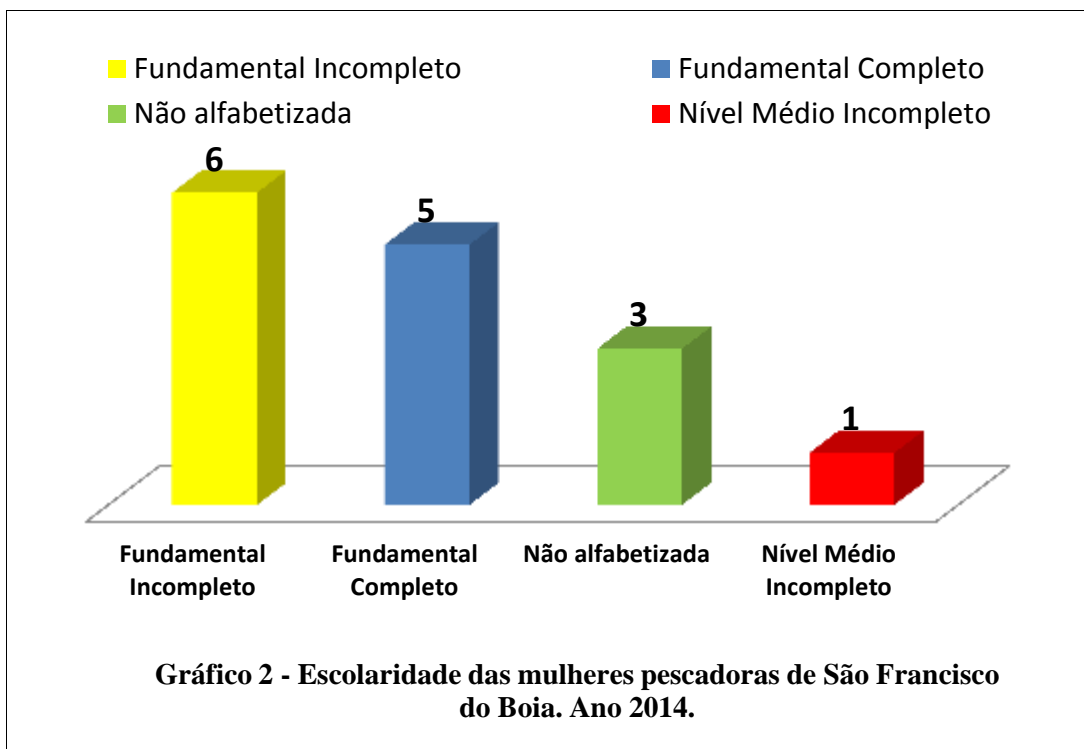
Idade	Número de filhos						Total	%
	1 a 3	%	4 a 7	%	8 >	%		
18 a 24	2	29	0	0	0	0	2	13
25 a 31	2	29	1	14	0	0	3	20
32 a 38	3	43	3	43	0	0	6	40
39 a 45	0	0	2	29	0	0	2	13
46 >	0	0	1	14	1	100	2	13
Total	7	100	7	100	1	100	15	100
%	47	100	47	100	7	100		
Total	15							

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Conforme os dados demonstram, a maioria das pescadoras da comunidade se encontra na faixa etária entre 32 a 38 anos, 40%. Grande parte delas tiveram de 1 a 3 (47%) e de 4 a 7 (47%) filhos. A pescadora Eva Alves é a mais idosa, o que acaba também por se refletir no seu número de filhos, que é superior a oito (n= 14).

Com relação a educação, é muito freqüente ainda encontrar nas comunidades da RDS Mimirauá turmas multisseriadas (com alunos de várias séries e anos), acompanhados no mesmo horário e pelo mesmo professor (Ruzany e Moura, 2012). Em São Francisco do Boia a Escola Municipal Peixinho Dourado oferece de 1^a ao 6^a ano e Estudo de Jovens e Adultos (EJA). Essa carência que a região sofre no acesso à escolaridade integral se reflete no nível de escolaridade das pescadoras da comunidade. A maioria possui o nível fundamental incompleto. A única que tinha o nível médio incompleto buscou continuar os estudos na cidade de Marã, mas não o concluiu.

⁵ Nem todas são casadas no religioso ou no civil, por isso dizem que “vivem junto” de seus parceiros.



Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

No que diz respeito à participação na vida política da comunidade, as lideranças femininas se destacam, como coordenações do acordo de pesca e preservação das praias, tesoureira e parteira. São mulheres de voz e participação nas reuniões, nas atividades do manejo e negociações políticas da comunidade.

Quadro 2 - Lideranças femininas na comunidade São Francisco do Boia. Ano 2014.

Cargos de liderança	Pescadora
Tesoureira	Jucicleide Cordeiro Garcia
Coordenadora de preservação da praia	Nilce Cordeiro Alves
II tesoureira e uma das coordenadoras do Cleto	Milce Cordeiro de Carvalho
Parteira	Eva Alves da Silva

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.



Figura 12: Participação das pescadoras na Reunião de Avaliação do Acordo Jutai/Cleto na comunidade São Francisco do Boia em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda.

A maioria dessas pescadoras não realiza trabalho remunerado fora da atividade de pesca. Elas dependem da produção do pescado e dos programas de governo (bolsa Família, bolsa Floresta e seguro Defeso) para a composição da renda familiar. Das quinze pescadoras que responderam ao questionário (uma não respondeu a essa pergunta), exceções são duas pescadoras que possuem outras atividades que lhes oferecem uma renda extra. Uma delas é atendente em uma farmácia no município de Maraã e a outra possui uma pequena venda em sua residência (onde vende açúcar, café, óleo, sabonete, creme dental e outras) e é esposa do comprador de peixe da comunidade.

Quadro 3 - Ocupação remunerada para além da atividade de pesca.

Realiza alguma atividade que recebe salário?				
Não	86%	Sim	14%	Atendente de farmácia (Maraã)
				Comerciante (na comunidade)

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

3.2. Trabalho na pesca.

Durante a pesquisa de campo, pude contatar que existem dois tipos de pesca na comunidade: a realizada diariamente (para consumo próprio e pequenas vendas diárias) e a do período da pesca manejada (que possui diversas etapas). Algumas pescadoras, por exemplo, só participam da pesca manejada. Ou seja, não tem uma rotina diária de sair para pescar (seja para consumo ou venda). Porém, estas são a minoria. Mais de 80% das pescadoras de São Francisco do Boia pescam também fora do manejo.

Quadro 4 – Percentual das pescadoras que pescam fora do manejo.

Pesca fora do manejo?		
Sim	87%	Peixe miúdo
		Peixe liso
		Camarão

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

A maioria dessas mulheres começou a pescar desde bem pequenas com os pais e irmãos, antes mesmo de casarem. Somente duas disseram ter começado após o casamento. Hoje, quando não vão sozinhas, pescam com os maridos, filhos irmãos e outras mulheres. Na tabela a seguir (tabela 2), apresenta-se uma distribuição por percentual das mulheres pescadoras do São Francisco do Boia por idade, e com quem elas começaram a pescar. No cruzamento das variáveis “idade que começou a pescar” e “com quem começou a pescar”, percebe-se que 73% das pescadoras do Boia disseram ter começado a pescar com seu Pai, seguido de 13% que afirmaram ter aprendido o ofício com o marido e 7%, com o Pai e a Mãe (uma pescadora). A maioria delas começou a pescar antes dos 13 anos de idade (entre 7 e 12 anos).

Tabela 2 - Distribuição percentual da idade e com quem mulheres pescadoras da comunidade São Francisco do Boia começaram a pescar.

Idade que começou a pescar	Pai	%	Pai e Mãe	%	Marido	%	Total	%
7 a 12 anos	11	92	1	8	0	0	12	100
13 a 17 anos	1	50	0	0	1	50	2	100
Acima de 18	0	0	0	0	1	100	1	100
Total	11	73	1	7	2	13	15	100

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

O local onde realizou a pesca/tipo de ambiente e as espécies pescadas varia ao longo do ano. Como a região onde fica localizada a comunidade São Francisco do Boia, que é marcada pela sazonalidade das águas, com o período de cheia e de seca dos rios, que empregam um ritmo de vida diferente à população local que se programa e se organiza conforme a variação do nível dos rios. Assim também funciona para a atividade pesqueira. Dependendo do período do ano, existem ambientes específicos procurados para a captura do pescado. No inverno são procurados os igapós e no verão, as beiras de praia e/ou rio e os lagos.

Quadro 5 – Ambientes de pesca e espécies capturadas por estação do ano.

Estação	Tipo de ambiente	Espécies pescada
Inverno	Igapó	pacu, sardinha, pirapitinga, matrinhão, tambaqui, pirapitinga Pacu, tambaqui, matrinhão, pirapitinga Pacu, aracu, sardinha, tambaqui, branco, piranha, sulamba e tucunaré.
Verão	Na beira do rio e da praia	Tambaqui, surubim, bocão, caparari, dourada, pacu, curimatã, arauanã, pirarara, pacamum, melado, bodó, pintado, caparari, piramutaba, Curica, sulamba, pirapitinga, barba chata, pirara.

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Os materiais utilizados na pescaria são caniço, malhadeira, flexa, ártia, arpão, tramalha, náilon e espinhel. Cerca de 57% das pescadoras (n=14) disseram serem esses

seus materiais próprios; as outras 43% disseram que são de uso compartilhado com o marido, e que pertencem aos dois. Algumas das pescadoras disseram que produzem seu material artesanalmente (como mostrado em registro fotográfico adiante).

Quadro 6 – Material usado na pesca.

Material usado na pescaria	Canião, malhadeira, flexa, artia, arpão, tramalha, nylon, espinhel.	Próprio e/ou do marido
-----------------------------------	---	------------------------

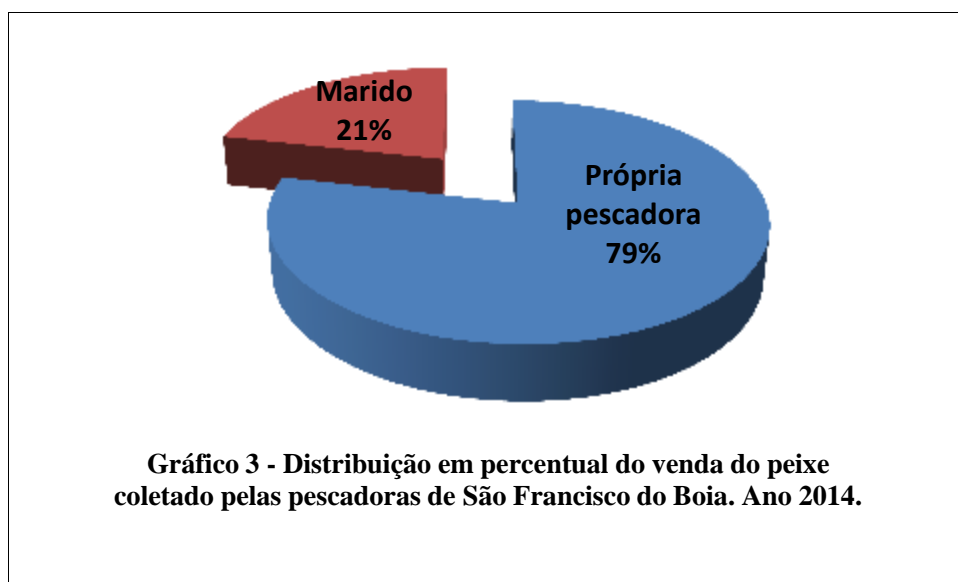
Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.



Figura 13: Material de pesca feito artesanalmente por pescadora de São Francisco do Boia.
Foto: Gêssica Miranda.

O destino do peixe capturado pelas pescadoras é para consumo familiar e também para venda. A dieta alimentar da região é baseada no peixe e farinha o que faz com que muitas delas, quando não os maridos e/ou filhos ou até mesmo com eles, saiam diariamente para pescar para consumo e venda que é realizada na própria comunidade para um comerciante (que também é pescador) chamado pelos comunitários de

“Negão”, o comprador comunitário. Essa venda, segundo os dados coletados, é feita pela própria pescadora quando a mesma sai para pescar, e o valor da renda obtida com essa venda varia de acordo com o período do ano (muito ressaltado por elas) em virtude da sazonalidade das águas. Segundo as pescadoras, o melhor período de venda é no verão, quando chegam a obter mais de 100,00 reais por dia com as vendas. Já no inverno os valores ficam entre 10,00 a 40,00 reais por dia. Esse dinheiro, dependendo da quantia alcançada com as vendas, ajuda nas despesas diárias como compra de alimentos, remédios, gasolina, passagem de barco e pagamento de pequenas dívidas. Nota-se, portanto, o quanto essa atividade subsidia as necessidades do grupo doméstico, sendo a mulher, também, apesar da falta de reconhecimento, agente atuante nos processos que compõem a renda da família.



Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Algumas das dificuldades encontradas pelas pescadoras de São Francisco do Boia se assemelham ao que algumas pesquisas já apontam (Leitão, 2002). Falta de material de trabalho, super exposição ao sol, chuva, reumatismo, preocupação com os filhos por não ter com quem os deixar. Essas foram as principais dificuldades relatadas pelas pescadoras da comunidade no exercício de seu trabalho na atividade pesqueira.

Quadro 7 – Dificuldades encontradas no trabalho da pesca.

Dificuldades encontradas no trabalho da pesca	Distância dos lagos; quando está tirando o peixe no varadouro, para não estragar o produto.
	Falta de canoa, sol, chuva
	Preocupação com os filhos, por não ter com quem deixar
	Doenças (febre, diarreia, gripe)
	A maior dificuldade era na época do defeso, pois não recebia este benefício
	Esforço para lançar a rede

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Um dos critérios para tornar-se sócio/a do Acordo de Pesca é estar filiado a um sindicato ou colônia de pescadores. Em São Francisco do Boia a maioria das pescadoras (n=15) estava associada ao Sindicato de Pescadores de Maraã (SINDIPESCA), 87%, outras à Colônia.

Tabela 3 - Sindicato e/ou Colônia de Pescadores do qual as mulheres de São Francisco do Boia estão vinculadas.

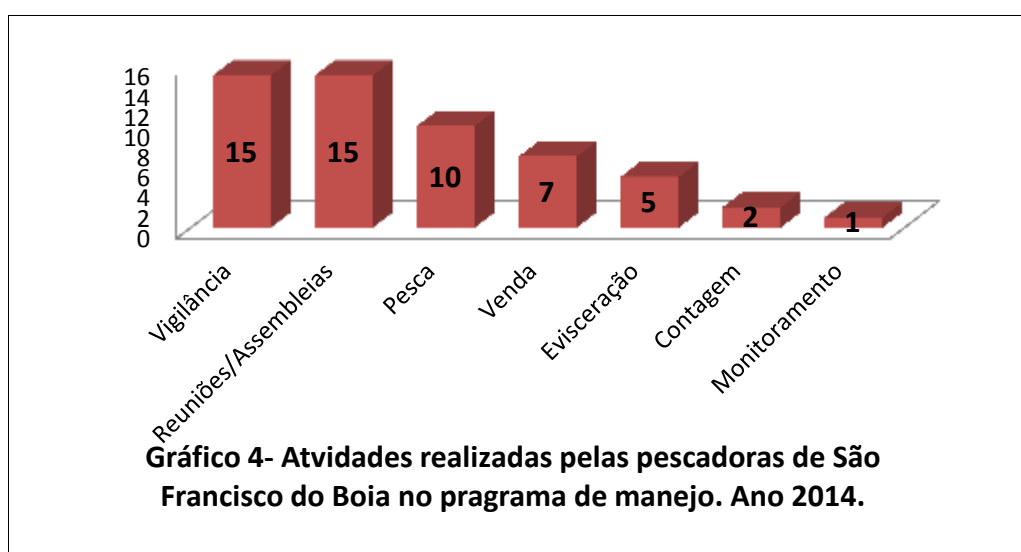
Sindicato/Colônia de pescadores	n	%
Maraã	13	87
Tefé	1	7
Manacapuru	1	7
Total	15	100

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

3.3. A pesca no manejo

Já foi aqui destacado que nem todas as pescadoras que participaram dessa pesquisa realizam a pesca em sua rotina diária. Mas todas, sem exceção, participam do manejo de pesca do Acordo Jutai/Cleto, e dominam o conhecimento necessário para o exercício desta atividade.

Um projeto de manejo de pesca de pirarucus tem cinco etapas principais: a organização comunitária, a capacitação da população local, a pesquisa, o monitoramento e a comercialização do pescado (Queiroz e Peralta, 2006). Para ter direito aos rendimentos vindos da pesca é necessário cumprir as regras que orientam as etapas do acordo, assegurando, dessa maneira, a sua cota. Das atividades que fazem parte da pesca manejada estão: a vigilância, contagem, pesca, monitoramento, evisceração e as reuniões das quais se tratam os assuntos do manejo, as assembléias e a comercialização.



Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

O gráfico acima expõe de modo claro a participação das mulheres pescadoras (n=15) nas atividades do manejo. Segundo elas, todas participam das vigilâncias e reuniões/assembléias do acordo. Na ocasião da pesquisa de campo, muitas ainda não tinham pescado porque aquele era o seu primeiro ano no acordo, mas que na próxima pesca manejada participariam da coleta do peixe com toda certeza. As atividades que contam com o menor número de participação das mulheres são de contagem e monitoramento. O método da contagem, assim como a equipe de monitoramento, requer um treinamento¹ antecipado (do qual lhe dará um certificado de contador). Das pescadoras de São Francisco do Boia somente duas participam da contagem do pirarucu, Elva Alves e Milce Cordeiro (que também disse participar do monitoramento). Muitas pescadoras confidenciaram que têm grande interesse de fazer o curso de contagem para poder aprender mais e aperfeiçoar ainda mais seu trabalho na pesca.

“Tenho vontade de fazer. (...) porque é bom, né? A gente tá assim, por exemplo, lá pra uma área que a pessoa já sabe como é daqui, a gente quer ir pra outra área pra saber como que é lá. É bom, pra mim. Eu queria participar.” (Nilce Cordeiro, São Francisco do Boia, Janeiro de 2014).

Quando perguntado às pescadoras para quais gastos o dinheiro da pesca do último manejo havia sido destinado, as respostas as mais variadas. Reforma da casa da cidade, do flutuante onde reside na comunidade, compra de motor de luz, motor rabeta, eletrodomésticos, entre outros. Muitas confessaram ter depositado na poupança para assegurar um dinheiro aos seus filhos (pensando em seus estudos e bem estar) ou para alguma situação emergencial.

Quadro 8 – Destino do uso do dinheiro do manejo pelas pescadoras de São Francisco do Boia.

Como gastou o dinheiro do último manejo?	Está em poupança
	Compra de alimentos, flutuante e remédios
	Pagamento de empréstimo bancário e reforma da casa
	Compra de alimentos, eletrodomésticos, motor, pagamento de dívidas
	Com o filho que está em Tefé
	Construção da casa em Tefé
	Compra de alimentos, motor de luz, roupas.

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

A realidade dessas mulheres pescadoras a partir da inserção delas nos projetos de manejo de recursos pesqueiros mudou consideravelmente. Uma nova renda obtida que contribui inclusive para autonomia delas dentro de casa, não dependendo exclusivamente do subsídio dos homens. Todas as pescadoras entrevistadas foram enfáticas no reconhecimento dos inúmeros benefícios que o projeto de manejo trouxe para suas vidas.

“Mana, mudou muito. Mudou muito na parte principalmente que ninguém vivia de primeiro no manejo, né? Era peixe ilegal. Graças a Deus veio a oportunidade da gente trabalhar nesse manejo. Nós estamos hoje de parabéns, porque estamos trabalhando juntos, né? E pra mim ajudou bastante, minha família, meus filhos, né? Que nem te contei do meu filho... Poder ajudar ele. E to ajudando até hoje. Esse dinheiro já me serviu muito.” (Nilce Cordeiro, São Francisco do Boia, Janeiro de 2014).

“De primeira as coisas não era fácil, desde quando nasci o negócio de pesca não era fácil. Agora não. Agora vai o manejo, tem muita fartura e vai melhorando a vida gente.” (Nilza Cordeiro, São Francisco do Boia, Janeiro de 2014).



Figura 14: Pescadora de São Francisco do Boia trabalhando na vigilância do lago Jutai, RDS Mamirauá, em Janeiro de 2014. Foto: Géssica Miranda.

3.4. Saúde e Rotina diária

Quando avaliado a questão da saúde das pescadoras, quatro delas reclamaram de artrose, bursite (por conta do frio e chuva), AVC, pressão alta e reumatismo. As demais disseram não sofrer de nenhum problema de saúde relacionado à pesca. Dentre as mulheres que relataram sofrer de algum tipo de doença relacionada ao trabalho na pesca os relatos dessas pescadoras também se assemelham aos de outras pescadoras pelo Brasil. O contato direto com a água, a exposição ao sol e o esforço físico dedicado a momentos específicos da atividade (como lançar a rede ao rio e puxar para a canoa) provocam doenças das quais são recorrentes entre essas mulheres. Uma das pescadoras

mais antigas (que inclusive hoje não se dedica mais à pesca diária) relatou que o AVC que sofreu foi resultado do trabalho na pesca. Quando buscam tratamento médico vão aos principais polos urbanos da região, Tefé e Marã. Este último, por ser mais próximo, é o mais procurado. Os exames mais comuns realizados por elas são o de hemograma completo. O preventivo nunca foi feito por muitas delas e, das que já fizeram, não costumam fazer anualmente.

Quadro 9 - Doenças relacionadas ao trabalho na pesca.

Doenças relacionadas ao trabalho na pesca	1 - Artrose, bursite, artrite.
	2 - AVC.
	3 - Pressão, reumatismo.
	4 - Dor nos braços.

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Quando foi realizada a aplicação dos questionários para coletar os dados relacionados à rotina diária das pescadoras de São Francisco do Boia, notei que essa rotina muda conforme o período do ano. No período do manejo de pesca, por exemplo, essa rotina muda significativamente, pois toda a família se desloca para os locais onde a pesca é realizada. Fora do manejo as atividades ficam concentradas mais às atividades domésticas, porém não deixam de pescar quando necessário – seja para consumo próprio ou para a venda que contribui no sustento da família. No quando abaixo podemos perceber a diferença das mulheres pescadoras de São Francisco do Boia, dentro e fora do manejo.

Quadro 10 - Rotina no período do manejo.

03:00/ 04:00	Acorda
	Faz café, lava a louça, prepara comida para levar para a pesca
04:30/05:00	Sai para pescar
12:00/13:00	Volta da pesca para o acampamento
	Prepara o almoço
	Lava a louça
13:30/14:00	Retorna para a pesca
18:00	Volta da pesca para o acampamento
	Fazer janta
	Toma banho
19:30	Volta para a pesca
22:00	Retorna da pesca
	Vai dormir

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

Quadro 11 - Rotina fora do período do manejo.

06:00	Acorda
	Faz café, cuidar da casa, cuidar dos filhos
09:00/10:00	Prepara o almoço
11:00/12:00	Almoço
	Lavar louça
15:00	Faz outros trabalhos (roçar, cuidar da casa, pescar)
17:00	Preparar a janta
18:30/19:00	Jantar
	Assistir televisão
22:00	Dormir

Fonte: PROJETO – Participação das mulheres na pesca, RDSA e RDSM. Ano 2014.

CONCLUSÃO

A comunidade de São Francisco do Boia está localizada em uma região que tem a atividade pesqueira uma forte presença na vida da população local. Fonte de alimentação e trabalho, a pesca se constitui como peça fundamental para a manutenção de muitas famílias. Desde o mais antigo morador da comunidade aos mais novos, São Francisco do Boia conta com a participação de homens e mulheres, de diferentes faixas etárias que, além da pesca realizada cotidianamente, participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros que vêm contribuindo com nova renda para as famílias dessa comunidade, inclusive com a contribuição da mulher. Dentro desses Acordos de Pesca essas mulheres pescadoras se apresentam como sujeitos de atuação, ganhando destaque e referência e, desde que implementados esses projetos vêm ganhando destaque pelo grande desempenho, coragem e força na realização das várias atividades, e nem mesmo os homens acreditavam no seu potencial para participar desse projeto. A fama das pescadoras do São Francisco do Boia é reconhecida de longe, por moradores e moradoras das comunidades vizinhas que se lembram delas como “pescadoras consideradas”.

Apesar de por muito tempo essa atividade ter sido mostrada somente a partir da perspectiva do homem, novos trabalhos surgiram abordando a participação também das mulheres, dando voz e visibilidade a elas, que são agentes de significativa contribuição no ciclo da atividade de pesca. É nesse sentido que este trabalho de conclusão se constitui como mais uma contribuição para este ramo de pesquisa que envolve gênero e pesca, buscando registrar a participação dessas "pescadoras consideradas", que se destacam na região, onde atuam com presteza e coragem no desenvolvimento do seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima; AMPUERO, Maria Cecília Godoy. Gobernanza y la invisibilidad de las actividades de la mujer em Chile y Brasil”. In *Gênero e trabalho: Diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais* . Editora Mulheres (2012).

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e Pesca Artesanal. Recife: Linceu, 2012.

LIMA-AYRES, Deborah. 1992. The Social Category *Caboclo*: history, social organization, identity and outsider’s local social classification of the rural population of an Amazonian region. Ph.D Dissertation. Cambridge: University of Cambridge.

MANESCHY, Maria C.; ALENCAR, Edna.; NASCIMENTO, Ivete H. Pescadoras em busca de cidadania IN: ALVARES, Maria L. M. e D’INCAO, Maria A. A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belem: GEPEM, 1995.

_____. 1997. Da casa ao Mar: Papeis das mulheres na construção da pesca responsável. Texto Seminário Internacional sobre pesca responsável. Ceará.

MANESCHY, M. C. e ALMEIDA, M. P. de., Tornar-se pescadora: Associação de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: *No mar, nos rios e na fronteira – faces do campesinato no Pará*. Ed. Universitária. UFPA, 2002.

MANESCHY, M.C., SIQUEIRA, D. e ÁLVARES, M. L., Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Estudos feministas*, Florianópolis, 20 (3): 713-737, setembro-dezembro/2012.

PERALTA, Nelissa. ALENCAR, Edna Ferreira. Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. *Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural*, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

QUEIROZ, H. L. & PERALTA, N - 2006 – “Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo Integrado dos Recursos Naturais e Gestão Participativa”. In: GARAY, I. & BECKER, B. *As Dimensões Humanas da Biodiversidade*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes.

ROSALDO, M. Z. A Mulher, a cultura e a Sociedade: uma revisão teórica. In: LAMPHERE, Louise. e Rosaldo, Michele. (Orgs). *A mulher, a cultura e a sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1979).

RUZANY, Maria Helena e MOURA, Edila. Adolescentes e Jovens da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, NESSA/SCM, 2012.

SCHERER, Elenise. *O defeso e a defesa do meio ambiente*. ANPPAS. São Paulo: Indaiatuba, 2010, xerocopiado.

SOARES, S. M. *Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da varzea-AM*. Manaus. Dissertação de Mestrado - (Pós-Graduação e Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Amazonas. 2012.

WOORTMANN, E. Parentesco e reprodução camponesa. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez, 1985.